



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

AS “FACÇÕES CRIMINAIS” EM PORTO ALEGRE: DIÁLOGOS E DINÂMICAS DESDE O
CÁRCERE

Marcelli Cipriani

marcellicipriani@hotmail.com

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Brasil

Larissa Urruth Pereira

lariurruth@gmail.com

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar a emergência e manifestação atual das chamadas “facções criminais” no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Como ocorre com grupos criminais de outros estados brasileiros (Primeiro Comando da Capital e Comando Vermelho, por exemplo), as “facções” gaúchas têm sua origem vinculada ao ambiente carcerário, que permanece sendo um de seus focos centrais de organização e angariação de poderes. Para possibilitar tal análise, foram aplicadas entrevistas com tópicos-guia com 05 apenados do Presídio Central de Porto Alegre (PCPA), entrevistas com roteiros semi-estruturados com 05 policiais militares em ofício no PCPA e com 05 operadores do sistema de justiça vinculados à execução penal. Paralelamente, foi feita uma recuperação histórica do fenômeno a partir da pesquisa bibliográfica e documental, esta última, em especial, com base em documentos oficiais e notícias de jornais sobre o estabelecimento carcerário em questão (suas instabilidades, superlotação, administração estatal, etc.) e sobre os mercados do tráfico de drogas local. A existência da Falange Gaúcha, primeiro desses grupos no município, foi reconhecida publicamente pela primeira vez em 1987, momento em que os motins, fugas em massa e homicídios dentro do PCPA eram intensos. O progressivo aprofundamento desse cenário fez com que, em 1995, a polícia militar passasse a gerir o local, com fins de conter tais ocorridos. Substituindo a Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE), que tradicionalmente vinha cumprindo a função, a medida não deveria permanecer por mais de seis meses, dado que tinha cunho emergencial. A situação, entretanto, já ultrapassa vinte anos, nos quais percebeu-se a redução da violência interna e a erradicação quase plena dos assassinados. Por outro lado, foi possível perceber, com o desenvolvimento da pesquisa, que essa mudança também está vinculada com a pulverização e o fortalecimento de “facções criminais” em áreas externas ao PCPA, sobretudo em bairros sócio-espacialmente segregados. Igualmente, se relaciona com a intensificação de seus conflitos, o que repercute no aumento da violência no município. Desde a criação da Falange Gaúcha, outros grupos criminais emergiram em Porto Alegre, e foram incontáveis as reorganizações nos modos de funcionamento, na distribuição de relações de força, e nos métodos usados para a conquista ou ma-



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

nutenção, por eles, de seus territórios urbanos. O estudo indica que esses movimentos, nos quais se incluem a distribuição dos apenados no PCPA, a disposição de “facções” para dialogar com policiais no presídio (e dos policiais para dialogar com “facções”), suas maneiras de organizar a vida cotidiana em *galerias* prisionais e de territorializar bairros, bem como a descentralização de suas lideranças – têm incidido na manifestação dos grupos em Porto Alegre ao longo das últimas três décadas, sendo tanto influenciados por mudanças ocorridas no PCPA, quanto as tendo influenciado.

ABSTRACT

This work aims to investigate the emergence and present manifestation of the so - called "criminal factions" in Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil. As with criminal groups in other Brazilian states (the Primeiro Comando da Capital and Comando Vermelho, for example), the "factions" of Rio Grande do Sul have their origin linked to the prison environment, which remains one of their central space of organization and empowerment. In order to enable such an analysis, interviews with guiding topics were applied with 5 prisoners of Presídio Central de Porto Alegre (PCPA), interviews with semi-structured scripts with 05 police officers of PCPA and with 05 justice system operators linked to criminal execution. At the same time, a historical recovery of the phenomenon was made based on the bibliographical and documentary research, the latter based on official documents and newspaper reports about the prison establishment in question (its instabilities, overcrowding, state administration, etc.) and on the local drug trafficking markets. The existence of Falange Gaúcha, the first of these groups in the city, was publicly recognized for the first time in 1987, when riots, mass fugues and homicides within the PCPA were intense. The progressive deepening of this scenario meant that, in 1995, the military police came to manage the place, in order to contain such events. Replacing the Penitentiary Service Superintendency, which had traditionally been serving the function, the measure should not remain for more than six months, since it had an emergency status. The situation, however, is still maintained after twenty years, and produced the reduction of internal violence and the almost complete eradication of those killed. On the other hand, it was possible to perceive, with the development of the research, that this change is



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

also linked to the spraying and strengthening of "criminal factions" in areas outside the PCPA, especially in socio-spatially segregated neighborhoods. Likewise, it is related to the intensification of their conflicts, which has an impact on the increase of violence in the municipality. Since the creation of Falange Gaúcha, other criminal groups have emerged in Porto Alegre, and there have been countless reorganizations in their modes of operation, in their distribution of force relationships, and in the methods used for them to conquer urban territories. The study indicates that these movements, including the distribution of prisoners in PCPA, the willingness of factions to dialogue with prison police (and of police officers to dialogue with factions), their ways of organizing everyday life in prison galleries and the territorialisation of neighborhoods, as well as the decentralization of their leaderships - have influenced the manifestation of the groups in Porto Alegre over the last three decades, being influenced by changes in the PCPA and influencing them.

Palavras-chave

Facções Criminais. Presídio Central de Porto Alegre. Tráfico de drogas.

Keywords

Criminal factions. Presídio Central de Porto Alegre. Drug trafficking.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

Esse artigo encaminha parte dos resultados de uma pesquisa desenvolvida entre os anos de 2015 e 2016, cuja temática recaiu na emergência das facções criminais em Porto Alegre e na análise de suas dinâmicas contemporâneas. O objetivo da investigação foi investigar os fatores que condicionaram o aparecimento e a estabilidade desses grupos no interior do Presídio Central do município nas últimas três décadas, ressaltando-se sua relação com a administração carcerária e com as políticas de segurança pública do estado. Paralelamente, buscou-se examinar o vínculo existente entre a manifestação das facções no interior do cárcere e sua expressão fora dele.

Para o desenvolvimento do trabalho, partiu-se do pressuposto de que compreender as características de facções locais, bem como suas trajetórias no presídio e nos bairros urbanos é essencial para se pensar a violência em grandes metrópoles, bem como para se refletir sobre alternativas para o seu progressivo crescimento. Dessa feita, o estudo sobre os grupos criminais, suas particularidades e redes nos municípios brasileiros pode contribuir não só ao adensamento da produção de conhecimentos sobre o tema (permitindo análises comparativas e investigações mais amplas) como também a qualificação de políticas de segurança pública.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II. Marco teórico

A partir do final da década de 70, um novo fenômeno começava a surgir nos presídios brasileiros, denotando o início de transformações mais amplas que viriam a ser percebidas no sistema penitenciário do país, bem como nas dinâmicas assumidas em suas redes criminais e na distribuição da violência urbana. Sob o contexto, à época, do regime ditatorial civil-militar, muitos presos políticos partilhavam o espaço carcerário com presos por crimes “comuns”, o que permitia a troca de conhecimentos entre indivíduos de ambos os grupos sociais (LIMA, 1991).

Devido a essa convivência, apenas da prisão de Cândido Mendes (RJ) vinculados à Falange Vermelha Rogério Lemgruber puderam assimilar técnicas de organização e estratégias de guerrilha de presos políticos, se apropriando delas e as aplicando de acordo com seus próprios contextos, necessidades, possibilidades, oportunidades e interesses. Desse contato surgiu, em 1979, o Comando Vermelho (CV), que viria a ser considerado, posteriormente, a primeira facção criminal brasileira (AMORIM, 1995).

Menos de uma década mais tarde, em 1987, surgiu a Falange Gaúcha, grupo de apenas do Presídio Central de Porto Alegre (PCPA) criado com inspiração no cenário do Rio de Janeiro. Conta-se que, naquele momento, um ex-apanado do PCPA, envolvido com o assalto de bancos e de carros-fortes no Rio Grande do Sul, viajava com frequência à capital carioca quando, lá, o CV se firmava nas periferias (DORNELLES, 2008). A partir disso, ele teria importado os métodos de organização e união de apenas do grupo criminal para o estado, onde foi constituída uma facção local.

Já em 1993, no Anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté (SP), emergiu o Primeiro Comando da Capital (PCC) que, atualmente, exerce o monopólio das prisões paulistas e já se expandiu para inúmeros outros estados do país (DIAS, 2011). O grupo teria surgido, segundo a versão mais aceita, após uma briga em um jogo de futebol, da qual resultara a morte de dois integrantes do time do Comando Caipira (JOZINO, 2005). A fim de buscar proteção dos castigos físicos de funcionários da instituição prisional, os apenas do time rival, o Primeiro Comando da Capital,



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

teriam firmado um pacto de proteção, comprometendo-se a reagir coletivamente diante da possível punição de algum de seus integrantes (DIAS, 2011).

Nos anos decorrentes à emergência de grupos de apenados em presídios do Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo, eles distribuíram-se por todo o território nacional (ADORNO e SALLA, 2007), tanto pela constituição de outros agrupamentos locais, quanto pela expansão de grupos para estados que não o seu de origem. Um ponto comum ao seu aparecimento em diferentes lugares e sob diferentes condições é o fato de remontarem contextos de violação dos direitos de apenados, seja pela brutalidade das ações de agentes penitenciários, seja pelas protagonizadas por demais indivíduos presos (CIPRIANI, 2016b). Assim, não é coincidência que, na prisão onde surgia o Comando Vermelho, a superlotação, as violências institucionais e as péssimas condições de vida davam o tom da convivência coletiva (AMORIM, 1995).

O PCC, por sua vez, foi criado um ano após o evento que ficou conhecido como “Massacre do Carandiru” – quando uma intervenção policial, com objetivo de acabar com uma rebelião instaurada no Pavilhão 9 da Casa de Detenção do Carandiru (SP), resultou na morte de 111 detentos. Em 1996, um dos fundadores da facção redigiu um estatuto, onde constava a intenção de seus integrantes se organizarem para resistir aos maus tratos sofridos no sistema penitenciário e, paralelamente, regular as relações entre os presos e evitar que os maus tratos partissem deles próprios (DIAS, 2011).

De lá para cá, inúmeras foram as transformações percebidas entre o sistema penitenciário, as manifestações de facções criminais e as dinâmicas da criminalidade urbana. Para Shimizu (2011), após as facções serem formadas, em geral com motivos atrelados às condições deploráveis do sistema carcerário, nelas se reproduzem várias estruturas de controle, como pela imposição de disciplinas que acarretam consequências possivelmente brutais em casos de descumprimento. Segundo o autor, os grupos prisionais, “de forma bastante ambivalente, reafirmam sua independência e, simultaneamente, tecem novas redes de poder que, ao invés de funcionarem como ferramenta emancipatória, intensificam a falta de liberdade de que é vítima o membro da massa” (SHIMIZU, 2011, p. 200).

Esse cenário não é percebido de forma homogênea quanto às facções criminais no país. Em



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

São Paulo, por exemplo, o PCC contribui positivamente para as mediações de conteúdo não violento em periferias, o que evita que a violência se generalize definitivamente (MISSE, [s/d], p. 10). A dimensão da “periferia” é relevante à compreensão desses grupos porque o transbordamento do controle do cárcere para as ruas (mais especificamente, para áreas desassistidas pelo Estado) é uma característica central à forma contemporânea de viver a criminalidade (DIAS e LOURENÇO, 2015).

Apesar de terem surgido dentro dos presídios, as facções funcionam vinculando territórios (projeções espaciais de relações de domínio) (SOUZA, 2007) dentro de penitenciárias e fora delas, em áreas que já tendem a ser sócio-espacialmente segregadas (SOUZA, 1998; 2008). Entre as prisões e periferias, locais que servem, usualmente, de substrato para os territórios de facções, apresenta-se uma retroalimentação dialética: o domínio dentro de presídios não só significa o domínio nos bairros urbanos, como também ambos esses espaços servem de base às relações de poder das facções, fortalecendo-as mutualmente (CIPRIANI, 2017).

Assim, a força normativa do PCC e sua existência praticamente homogênea no sistema carcerário paulista, transcende os muros carcerários, refletindo-se nas relações sociais nas áreas urbanas. Diante disso, as orientações do comando têm legitimidade em inúmeras periferias, o que vem permitindo não só o desuso da violência física na manutenção de sua presença e atuação nessas áreas, como também o controle de eventuais violências advindas de seus moradores (FELTRAN, 2010).

Tanto por sua atuação direta nas dinâmicas do tráfico de ilícitos, quanto pelo transbordamento dessas relações nos índices de homicídios e latrocínios a elas vinculadas, o que se convencionou chamar de “facções criminais” passou a dar tonalidade para as posições de poder das redes criminais de todo o país. Para além do tráfico de varejo, sua manifestação no âmbito do sistema de importação-exportação-atacado também vem estimulando a lavagem de dinheiro, assim como o roubo e o furto de veículos, não raro utilizados como moeda de pagamento de entorpecentes (DIAS, 2011).

As diferentes consequências produzidas por facções criminais na realidade social brasileira vêm sendo cada vez mais indicadas por pesquisas recentes, que apontam o impacto do sistema carcerário



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

no fortalecimento desses grupos (DIAS, 2011; CIPRIANI, 2016a; SHIMIZU, 2011) e suas implicações nas áreas pobres de diferentes estados brasileiros (FELTRAN, 2008; CIPRIANI, 2016b). Entretanto, ainda é pouco o que se conhece acerca da “criminalidade organizada” no Brasil (SCHILLING, 2001), e são mais restritos ainda os estudos sobre grupos de apenados no interior das prisões (ADORNO e SALLA, 2007).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

III. Metodologia

A presente pesquisa é de tipo qualitativo, em que pese tenham sido utilizados, de maneira complementar, dados e informações de natureza quantitativa (como estatísticas sobre aprisionamento e índices acerca das violências, dentre outros). No que diz respeito à coleta de dados, foram feitas entrevistas semiestruturadas com cinco operadores do Sistema de Justiça que atuavam na execução penal – como integrantes do Ministério Público, da Vara de Execuções Criminais e da Defensoria Pública – e que, a partir de seu contato profissional com o tema, trouxeram informações sobre as estratégias e as dinâmicas das instituições em que estavam alocados.

No que tange à pesquisa empírica no interior da instituição prisional, foram aplicados outros formulários semiestruturados perante cinco policiais militares então em ofício no Presídio Central de Porto Alegre, dois deles ocupados com tarefas de administração e três com tarefas de controle carcerário – o que abriu espaço para a oferta de dados sobre o presídio a partir de seus próprios técnicos e gestores. Por fim, lançou-se mão da técnica de história oral para questionários com cinco apenados recolhidos sob regime de privação de liberdade no mesmo estabelecimento, o que faz com que a amostragem das entrevistas seja composta por um universo total de quinze indivíduos, alocados em três esferas diferentes e complementares.

Paralelamente, usou-se da observação participante, por intermédio de conversas informais com moradores de bairros sob domínio de facções criminais, com integrantes desses grupos que se encontravam fora de presídios, e com outras pessoas que compartilhavam os cotidianos desses lugares – como pequenos comerciantes, guardadores de carros e professores de escolas públicas situadas em tais regiões. Em que pese esses relatos não constarem diretamente nos resultados escritos da pesquisa, eles foram imprescindíveis para a compreensão do cenário que circunscreve as relações do mundo do crime no município, bem como para que pudesse ser identificada, nele, a presença direta ou indireta das facções.

Ademais, foram feitas visitas ao PCPA entre os meses de julho de 2015 e maio de 2016, o que abriu espaço para conversas informais com outros funcionários que não participaram das entre-



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

vistas – como policiais envolvidos nos setores de Recursos Humanos, assistentes sociais e psicólogos – com apenados residentes da *galeria “G”*, que abriga os que desempenham um trabalho formal na instituição carcerária (como o recolhimento de lixo, a efetuação de pequenos consertos em automóveis ou o preparo de alimentos, por exemplo), e da *3a do H*, na qual estão as travestis, seus companheiros e outros homens homossexuais. Essas experiências se deram, por exemplo, no acompanhamento da organização de duas festas promovidas pela administração do PCPA, e de uma pré-conferência de direitos humanos feita no estabelecimento.

Os questionários passaram a ser aplicados a partir de agosto de 2015, e o foram até o mês de maio de 2016, respeitando-se a disponibilidade dos atores sociais prisionais, e após a finalização dos procedimentos necessários à aprovação da pesquisa pelo estabelecimento. Com a anuência dos policiais militares do presídio, foi possível entrevistar apenados alocados em diferentes galerias do PCPA e, portanto, houve contato com pessoas que cometeram delitos diversos, além de, muitas vezes, já terem vivido em mais de uma galeria ao longo do cumprimento de sua pena. Entretanto, a despeito de tal variedade, os cinco apenados entrevistados eram os conhecidos como plantões, espécies de responsáveis pelas galerias, que tanto possuem algumas prerrogativas junto à administração prisional e aos demais apenados – maior facilidade de acesso à comunicação com aqueles, e relativo respeito e autoridade com estes – como também têm a responsabilidade de evitar eventuais ocorrências de motins, rebeliões, etc.

As entrevistas com apenados, diferentemente das demais, não foram gravadas, decisão tomada a fim de afastar possíveis desconfiças quanto ao objetivo do estudo, apesar de todos os interlocutores terem demonstrado já saber que seu intuito era estritamente acadêmico. Essa ciência foi, ainda, corroborada pelos esclarecimentos iniciais efetuados para contextualizar o trabalho e pelo Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) apresentado. Mesmo assim, dois plantões se negaram a participar da pesquisa, já que temiam que, caso a concedessem e, um tempo depois, houvesse alguma revista carcerária ou outra ação policial surpresa, os demais apenados poderiam pensar que eles fizeram alguma delação, ou seja, que mudaram de lado. Todavia, todos os indivíduos que aceitaram participar manifestaram disposição em falar, o que permitiu que, mesmo em entrevistas de duração variável entre 1:30h e 3 horas, fossem feitas poucas intervenções – e que as feitas



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

assumissem contornos gerais, tais como sobre vida pessoal, trajetória anterior ao aprisionamento, vivência criminal e rotina na prisão.

Após transcrever literalmente esses dados (nos casos em que o gravador foi utilizado), e transcrevê-los dos diários de campo feitos (nos casos em que foram anotadas, na integralidade, falas e manifestações autorizadas, pelos apenados, para este fim), eles foram analisados à luz da revisão bibliográfica (composta por livros e artigos acadêmicos) e documental (composta por leis, decretos e reportagens de jornais).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

IV. Análise e discussão de dados

Em 1987, no interior do Presídio Central de Porto Alegre surgiu a Falange Gaúcha, primeira facção do Rio Grande do Sul. Sua emergência se deu na esteira do Comando Vermelho (1979), composto por apenados antes envolvidos com a Falange Vermelha Rogério Lemgruber, criada ainda no final da década de 1970 no Estado do Rio de Janeiro. A criação do grupo porto-alegrense se deu após um pacto feito por apenados envolvidos em um motim que havia ocorrido naquele ano, e tinha como objetivo dois projetos: o investimento em fugas vindouras, e a criação de um “caixa” comum, que seria usado para financiar eventuais ações criminosas e para melhorar as condições de vida dos aliados presos (especialmente pela compra de vantagens no PCPA).

Durante a década de 80 e a primeira metade dos anos 90, o Central passava por um momento crítico: assassinatos por enforcamento e asfixia e violências entre apenados – para além das promovidas por funcionários da segurança – eram constantes. Também o eram as tentativas de fuga em massa, os motins e as rebeliões. Por isso, no dia 25 de julho de 1995 – após um motim com 21 presos feridos e a insatisfação generalizada da população – o governador do estado à época anunciou à imprensa que tomaria medidas dramáticas para acabar com os problemas dos estabelecimentos prisionais – especialmente do PCPA, que se encontrava em estado caótico. Sua estratégia era construir novas prisões, transferir os apenados do presídio de Porto Alegre para elas e, então, desativa-lo definitivamente. Entretanto, até que essas vagas estivessem disponíveis – o que tinha como previsão de, no máximo, seis meses – a Polícia Militar (chamada, localmente, de Brigada Militar) coordenaria e ordenaria os quatro maiores presídios do Estado, dentre eles o Central.

Após um início ainda conturbado de administração do PCPA pela Brigada Militar (BM), a medida passou a “fazer efeito”, e os índices de homicídios, violências físicas, motins e rebeliões começaram a despencar. A fim de alcançar as finalidades previstas, os policiais lançaram mão de algumas mudanças na administração da população carcerária: dentre elas, espacializar os apenados de acordo com suas afinidades, separando “contras” (inimigos) em galerias diferentes e aproximando aliados entre si. Com a agregação de “companheiros” feita pela BM, também foi propiciada



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

a organização do crime, o que facilitou a consolidação e o fortalecimento de um grupo decorrente da Falange Gaúcha, dissolvida após conflitos entre lideranças internas.

Em 1996 foi constituída a facção dos Manos (então comandada por Dilonei Melara, o único membro vivo da Falange Gaúcha), existente e influente até a atualidade em Porto Alegre e no estado como um todo. Na época, seus integrantes se negavam peremptoriamente a dialogar com a polícia, rejeitavam a sociedade e se afirmavam positivamente como bandidos. Em sua origem, a facção tentou criar uma estrutura e um estatuto (inspirando-se no Primeiro Comando da Capital, que havia aparecido três anos antes em um presídio paulista) e tinha plena hegemonia das relações criminais no presídio.

Tentando enfraquecer o monopólio interno dos Manos, a própria polícia facilitou o surgimento de um novo grupo, que na época se denominou de “Brasas”. Isso se deu quando a Brigada Militar ofereceu um pavilhão prisional a um indivíduo de quem gostava, lhe propondo que ele organizasse o espaço e garantisse a tranquilidade das galerias (a mantendo sem mortes, sem brigas, sem motins e sem fugas) e, em troca, lhe oferecendo a ausência de intervenção na organização interna dos apenados. Esse é um elemento relevante, na medida em que representou o marco inicial do acordo tácito entre Estado e facções na busca pela ordem interna, e também serviu para abrir espaço ao estabelecimento dos grupos vindouros.

Ao longo de toda a segunda metade da década de 90 e da primeira década dos anos 2000, as facções foram se pulverizando: surgiram os “Abertos” (indivíduos que “abriram” das outras facções/saíram delas), os Brasas deixaram de existir e se tornaram “Unidos Pela Paz”, apareceu o grupo da Conceição e a facção da Farrapos e ZN. Em 2008, os Bala na Cara (BNC) conquistaram uma galeria no Central, mas não criaram grandes impactos nas dinâmicas do tráfico até os próximos cinco anos, quando já se encontravam muito maiores e com enorme poder (financeiro, armamentista e de pessoal), o que viria a gerar impactos substanciais nas redes de tráfico do município.

Até meados do ano de 2012, houve um equilíbrio relativo nas dinâmicas das facções. Isso não quer dizer que inexistiam conflitos ou disputas entre elas, mas que o espaço urbano sob seu controle estava mais ou menos bem distribuído, com todas lucrando concomitantemente. Não havia, até aquele momento, uma “guerra aberta”, mas um modus operandi de explorar nichos disponíveis e



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

de evitar invasões em territórios alheios. Ademais, muitas dessas facções contavam com o domínio de bairros de onde seus integrantes eram nativos. Ou seja, os líderes do tráfico não raro eram indivíduos que tinham origem nas comunidades que controlavam. Com isso, podiam instituir domínio sem apelar para a violência, desempenhando uma espécie de “função social” nas periferias (pelo oferecimento de benesses ou pela garantia de serviços básicos não ofertados pelo Estado, por exemplo) e se alicerçando em relações afetivas.

Alguns elementos auxiliaram centralmente na dissolução desse cenário, destacando-se a morte dos antigos líderes e o crescimento das disputas. Com isso, alguns bairros passaram a ser controlados por traficantes de outras áreas, e os elementos que possibilitavam a integração entre membros de facções e moradores ficaram enfraquecidos. Paralelamente, a intensificação da violência pela competição armada entre diferentes grupos começou a atingir mais diretamente as comunidades, que se viram esmagadas pelos tiroteios entre facções rivais, pelos toques de recolher impostos por seus integrantes e pela troca das relações de fidelidade pelas de medo, insegurança ou imprevisibilidade.

No que tange ao crescimento das disputas, é possível relacioná-lo com a ascensão da facção dos Bala na Cara. Diferentemente das demais, que existiam até aquele momento, os BNC não surgiram dentro do presídio, mas a partir de uma história de ódio e de violência que se arrostou durante anos no bairro Bom Jesus, e que se instituiu entre duas famílias rivais da região. Esse ódio se expressa no próprio nome do grupo e na sua prática característica: a bala na cara, também conhecida como “tiro de esculacho”, porque é feita para que o indivíduo, quando velado, tenha que estar com o caixão fechado.

No momento em que o grupo começou a crescer vertiginosamente, também passou a demandar mais poder, mais espaço, mais dinheiro – materializado pela ânsia em conquistar territórios de outras facções, o que desestabilizou o cenário bem distribuído que existia na capital. Por isso, os Bala também são conhecidos como “os toma bocas” – porque têm como característica tomar os pontos de tráfico de outros grupos, pequenos ou grandes, na base da ameaça explícita e da coação, ou da violência física e das execuções.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O fortalecimento dos Bala na Cara, assim como a manutenção de domínio e a estabilidade dos demais grupos criminais, vincula-se com as dinâmicas internas ao Presídio Central de Porto Alegre, recuperando a estratégia de espacialização instaurada pela polícia na década de 90, e o acordo tácito entre ela e os apenados influentes que a tornou possível. A divisão entre aliados e “contras” virou, com o passar dos anos, mecanismo institucionalizado de gestão carcerária. Dessa feita, quando um indivíduo ingressa no PCPA, a primeira pergunta que lhe fazem é sobre se ele possui alguma facção. Se ele não fizer parte de nenhuma, vão lhe perguntar em que parte da cidade mora, e o apenado vai ser colocado na galeria controlada pela facção que também comanda o respectivo bairro de sua moradia.

Na medida em que a superlotação é extremada no PCPA, as celas se mantêm abertas, e os apenados transitam pelos corredores, bem como, nas galerias mais críticas, amontoam-se em fileiras de colchões espalhados pelo chão. Nesse contexto, a administração interna às galerias é feita pelos próprios presos, e a polícia não acessa esses espaços na presença de sua população. Portanto, no momento em que um indivíduo acessa uma galeria, ele confia sua vida e garantia de sobrevivência nas mãos de outro preso, não da polícia. Isso reforça os laços entre apenados e membros dos grupos criminais, o que também acaba atingindo seus familiares (que moram nos bairros controlados pela facção que domina a galeria onde estão).

Daí é que, recebendo autonomia em troca da manutenção aparente da ordem, integrantes de facções perceberam no sistema prisional uma oportunidade para adquirir lucro e de poder, o que torna a ocorrência de instabilidades desinteressante. A possibilidade existente para a gestão de suas galerias implica o controle da circulação de bens, que vão desde o gerenciamento de cantinas internas (com produtos alimentícios e de higiene, por exemplo), até o de mercados paralelos – como de drogas e celulares. Ademais, as facções oferecem serviços como o de acompanhamento jurídico e de compra de passagens de ônibus para familiares de apenados que vivem no interior do estado, estabelecendo-se uma verdadeira mercantilização da vida cotidiana.

Em aliança com recorrentes extorsões, esses elementos produzem um contingente de apenados devendo favores e quantias financeiras ao grupo, que serão cobrados – dentro ou fora do cárcere – sob a alcunha das “contrapartidas”. Por isso, a lotação crítica costuma ser reivindicada pelos pró-



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

prios apenados que controlam as galerias de facções, que alegam que cabem mais apenados em seus locais de gestão, apesar de mal haver espaço para transitarem. Isso de dá porque o aumento da população carcerária interna à galeria representa o aumento do lucro e do poder. Paralelamente, apenados como um todo temem a perda de direitos como a visita e a imposição de sanções como a “viagem” (transferência) e preferem não instigar maiores conflitos.

Em seu turno, para a Brigada Militar o controle das galerias pelos membros criminais barateia a administração prisional, pois lhes transfere atividades que deveriam ser de sua competência, o que também permite a manutenção de um baixo efetivo de funcionários. Ainda, garante a paz e a ordem em um contexto absolutamente precário e extremamente superlotado, já que as galerias de facções chegam a ter uma população de até quatro vezes sua capacidade. Diante disso, há um “acordo de vontades” que mantém a cogestão satisfatória para todos os envolvidos. Entretanto, uma das consequências diretas desse contexto é a força que garante ao funcionamento das facções que, apesar de manterem um “voto de paz” interno (a fim de não prejudicarem seus próprios interesses), disputam com cada vez mais brutalidade do lado de fora dos muros carcerários.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

V. Conclusões

Em Porto Alegre, percebe-se um cenário no qual o diálogo interno ao cárcere acompanha o silêncio sobre as violências que permanecem ocorrendo dentro do PCPA – e que, ainda que não se materializem em violência física ou nos homicídios recorrentes que anteriormente ocorriam, se expressam de outras maneiras: por meio de extorsões, ameaças e vinculações compulsórias aos grupos criminais. As facções, por seu turno, também possuem essas possibilidades de ação devido à especialização feita do Central entre presos afetos e desafetos, contras e irmãos ou cupinxas – necessária à sua “pacificação” desde a década de 90.

A mercantilização das vivências entre apenados, atualmente comum nas galerias controladas por facções, foi possibilitada pelas transformações observadas, nas últimas décadas, na gestão do estabelecimento prisional em questão – o que se deu, especialmente, a partir da passagem da administração do Central da SUSEPE à BM, que passou a gerir os apenados não individualmente, mas na lógica do coletivo, por meio das galerias. Os espaços deixados pelo Estado no oferecimento de condições de vida melhores aos apenados como um todo e na própria administração prisional vem trazendo consequências críticas, na medida em que são instrumentalizados por facções e convertidos em oportunidades para a geração de lucro, o acúmulo de poder e a criação de novos laços com apenados – mediante a garantia de segurança no interior do cárcere e o oferecimento de bens e serviços.

Ainda que imbuído de inúmeros problemas estruturais, e apesar de muitos presos acessarem a experiência do cárcere de forma recorrentemente violenta, o presídio se mantém “organizado” – com baixa ocorrência de instabilidades e de homicídios. Entretanto, tal organização não resulta de uma gestão estatal de qualidade, tampouco da eficácia do trabalho policial, mas de um acordo coletivo entre diferentes lideranças de facções entre si e entre elas e os policiais militares. Conforme colocado, esse equilíbrio relativo se assenta na abertura desses atores sociais para o diálogo, e mantem-se na garantia de benefícios para todos eles.

Por outro lado, a aparente ordem repercute no fortalecimento dos grupos criminais e no es-



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

praiamento de suas influências para além dos muros carcerários, vinculando familiares de apenados e moradores de bairros territorializados, “desorganizados” pelas disputas de poder entre facções diferentes e mesmo por conflitos internos. Assim, enquanto internamente há uma “organização”, do lado de fora o que se expressa é a falta dela: ou seja, se no Presídio os apenados aprenderam a conviver em nome de interesses comuns mais amplos, nas periferias do município eles assumiram a lógica do conflito armado e da disputa generalizada de territórios.

Os impactos das facções em Porto Alegre são muito diferentes do delineado por pesquisadores de grupos como o Primeiro Comando da Capital, que indicam que a redução dos homicídios em São Paulo estaria diretamente vinculada com sua atuação (DIAS, 2011; FELTRAN, 2010). O monopólio da facção sobre as prisões e periferias paulistas teria permitido não só o desuso da violência física para a manutenção do poder, como também a mediação das violências advindas dos moradores. Segundo esses autores, o PCC teria instaurado a regra de que o assassinato, nos territórios do grupo, só pode ser legitimado pelos tribunais do Comando, o que contribuiu decisivamente para o rompimento de um ciclo de mortes (por acerto de contas, dívidas do tráfico, etc.) e de vinganças que era, antes, verificado.

De forma inversa, a permanência de uma pluralidade de grupos no Presídio Central e nos bairros de Porto Alegre, em disputa aberta, corrobora com o aumento dos homicídios no município, e a alta circulação de armamento também impacta o número de outros delitos, como latrocínio e os roubos. Assim, não há como tomar a manifestação das facções de Porto Alegre como iguais às percebidas em outros estados do país, que produziram outras relações de poder em suas próprias realidades materiais, oportunidades, interesses e/ou possibilidades, bem como que se estabeleceram em interações próprias a seus contextos. Entretanto, isso não quer dizer que os fenômenos não se expressaram vinculados a fenômenos estruturais próximos, relacionados à questão penitenciária por excelência, bem como ao discurso da guerra às drogas e do encarceramento em massa.

No contexto local, a priorização da repressão ao comércio de drogas de varejo e a falta de articulação entre a polícia civil e a polícia militar vêm obstando o avanço de investigações, comprometendo o sucesso de ações que poderiam causar real impacto nas dinâmicas do tráfico de ilícitos. A preferência das instituições de segurança pública e justiça criminal pelo mecanismo da prisão (e



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

da prisão por motivo de drogas), seu desprezo por medidas alternativas de punição e a pouca atenção conferida à prevenção ao crime têm sido fatores fundamentais à padronização da população carcerária e à sua cooptação por facções criminais.

No âmbito do poder judiciário, o alto índice de presos provisórios também agrava a situação, já que, além de contribuir com a superlotação, favorece a rotatividade da população prisional, que se vincula com os membros dos grupos criminais no interior do presídio e deve devolver as “contrapartidas” quando sair. Ademais, apesar do aumento progressivo dos homicídios no Rio Grande do Sul, a grande maioria dos apenados se encontram presos por tráfico, roubo e furto. No contexto porto-alegrense, os flagrantes policiais em bairros desassistidos são responsáveis por mais de 90% das prisões efetuadas, o que delinea o padrão das relações no ambiente carcerário.

Na medida em que o trabalho ostensivo se manifesta nos locais em que há territorialização por grupos criminais, o vínculo expresso entre a rua e o cárcere se torna mais íntimo, e o controle exercido pelos integrantes abarca cada vez mais famílias. Em suma, as escolhas desempenhadas no âmbito da segurança pública e as tendências percebidas na prática dos atores sociais do sistema de justiça, aliadas ao contexto de cogestão do cotidiano no Presídio Central, produz uma retroalimentação dialética entre o cárcere e a rua, que vem implicando no aumento do poder das facções.

Diante disso é que se pode afirmar que as facções possuem uma forte relação com o Estado, e que tanto devido às corrupções policiais dentro e fora da prisão, quanto pelas consequências diretas que a política criminal e penitenciária têm produzido nesses grupos, é um equívoco pensá-los como “poderes paralelos”. Em verdade, o que se percebe é que o surgimento, o fortalecimento e a pulverização das facções criminais estão absolutamente imbricados no Estado e, assim, que essas não são paralelas a ele, mas se dão em função dele e em intersecção com ele.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 07-29, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300002&lng=en&nrm=iso>. Último acesso em: 10 dez. 2017.

AMORIM, Carlos. *Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

CIPRIANI, Marcelli. *Do Global ao Local: a emergência das “facções criminais” no Brasil e sua manifestação em Porto Alegre*. 2016. Monografia (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016a.

_____. *Territorialidades do tráfico de drogas: as “facções criminais” entre a prisão e a favela*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016b.

_____. Segregação sócio-espacial e territorialidades do tráfico de drogas: as 'facções criminais' diante do espaço urbano. *Conversas & Controvérsias*, Porto Alegre, v. 3, p. 5-28, 2017.

DIAS, Camila Nunes. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-13062012-164151/pt-br.php>>. Último acesso em: 10 dez. 2017.

DIAS, Camila Caldeira Nunes; LOURENÇO, Luiz. Discutindo elementos para a definição e a atuação de coletivos de internos do sistema prisional de São Paulo e da Bahia. In: *39o Encontro Anual da ANPOCS*, 2015, Caxambu. Anais do 39o Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo: ANPOCS, 2015.

DORNELLES, Renato. *Falange Gaúcha*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2008.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Cad. CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p. 59-73, abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000100005&lng=en&nrm=iso>. Último acesso em: 10 dez. 2017.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Unicamp. 2008. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=vtls000439781>>. Último acesso em: 10 dez. 2017.

JOZINO, Josmar. *Cobras e lagartos: a vida íntima e perversa nas prisões brasileiras: quem manda e quem obedece no partido do crime*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

LIMA, William da Silva. *Quatrocentos contra um*. Uma história do Comando Vermelho. Petrópolis: Vozes, 2. ed., 1991.

MISSE, Michel. *Crime Urbano, Sociabilidade violenta e Ordem legítima: comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva*. s/d. Disponível em:

<https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/Crime_urbano.pdf>. Último acesso em: 10 dez. 2017.

SCHILLING, Flávia. Corrupção, crime organizado e democracia. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 36, p. 401-409, 2001. Disponível em:

<https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/2603/1/corruptao_crime_organizado_democracia.pdf>. Último acesso em: 10 dez. 2017.

SCHIMIZU, Bruno. *Solidariedade e gregarismo nas facções criminosas: um estudo criminológico à luz da psicologia das massas*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Da 'diferenciação de áreas à diferenciação socioespacial': A 'visão (apenas) de sobrevôo' como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 4, p. 101-114, 2007. Disponível em:

<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/573/604>>. Último acesso em: 10 dez. 2017.

_____. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. Tráfico de Drogas e Fragmentação do Tecido Sociopolítico-Espacial no Rio de Janeiro. Trabalho apresentado no 22o Encontro Anual da ANPOCS. Minas Gerais: Caxambu, 1998.